

A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA COMO UTOPIA INDISPENSÁVEL OU COMO REFERÊNCIA CONTROVERSA

THE JOURNALISTIC OBJECTIVITY AS A UNAVAILABLE UTOPIA OR AS A CONTROVERSY REFERENCE

Rafael Paes Henriques¹

Resumo

Este artigo quer indicar que o que se pretende com – e o que se espera de – notícias sobre as declarações do presidente da República, frente à pandemia do Covid-19, depende diretamente do que se entende como sendo a objetividade jornalística, devido à centralidade dessa noção para a atividade de produção de notícias. Para cumprir com essa tarefa, vamos apresentar e discutir filosoficamente duas diferentes maneiras de se compreender esse conceito, para, em um segundo momento, avaliar como cada uma dessas respostas para o problema da adequação da realidade primária, à realidade midiática, pode explicar as escolhas realizadas pelos jornalistas na cobertura de declarações de autoridades públicas. Concluímos que tanto o intersubjetivismo como a dialética não oferecem justificativa conceitual para a ausência de vozes que contradigam as falácias do presidente, na mesma unidade informativa.

Palavras-chave: Teorias do Jornalismo. Objetividade Jornalística. Groth. Genro Filho.

Abstract

Our objective is to indicate that “what is intended” and “what is expected” in the coverage of the statements by the President of the Republic, in the face of the Covid-19 pandemic, depends directly on what is understood as being journalistic objectivity, due to the centrality of this notion. To accomplish this task, we will present and discuss philosophically two different ways of understanding this concept, in order to assess, in a second moment, how each of these answers to the problem of adapting primary reality to media reality can explain the choices made by journalists in this type of coverage. We conclude that intersubjectivism and dialectic do not offer conceptual justification for the absence of voices that contradict the president's fallacies, in the same information unit.

¹ Doutor em Filosofia pela UFRJ e Pós-Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4260742302003843>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1812-5886>. E-mail: rafaelpaesh@gmail.com.

Keywords: Theories of Journalism. Journalistic Objectivity. Groth. Genro Filho.

1 INTRODUÇÃO

Um mês depois do registro do primeiro caso de Covid-19 no Brasil², a página do jornal *O Globo*, na Internet, postou uma notícia que informava sobre declarações do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) aos jornalistas, na chegada ao Palácio da Alvorada. Publicada no dia 26/03/2020, às 18h49, dia em que os Estados Unidos da América se tornaram o novo epicentro mundial da pandemia, a notícia apresentou um resumo das principais assertivas do chefe do executivo durante a conversa que manteve com os jornalistas.

Destacamos apenas duas: Bolsonaro afirmou que a situação no Brasil não chegaria ao mesmo ponto que a estadunidense porque “o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele” (MURAKAWA, 2020). O presidente também reconheceu que ocorreriam mais mortes no Brasil por causa da pandemia, mas, para o chefe do executivo, “a maneira como a doença foi tratada pela imprensa e parte da classe política foi exagerada. – Foi demais, previram uma catástrofe com milhares de mortes - disse. – Alguns governadores e prefeitos exageraram na dose, fechando tudo” (MURAKAWA, 2020).

Também foi notícia, na página do jornal *O Globo*, neste mesmo dia 26/03/2020, algumas horas mais tarde, o argumento usado por Jair Bolsonaro para justificar o decreto presidencial, recém-publicado, que passou a considerar as casas lotéricas como atividade essencial. Segundo o presidente, não havia risco de transmissão da doença, nesse tipo de comércio, porque o vidro é blindado: “Pelo amor de Deus, fechar casa lotérica... Inclusive, o cara que trabalha na lotérica tem um vidro blindado. Não vai passar o vírus ali. O vidro é blindado, não vai passar, ele trabalha no lado de cá” (GULINO, 2020). Segundo a notícia, a explicação do presidente se tornou pública durante sua costumeira *live* semanal no *Facebook*. A ideia do decreto era impedir que prefeitos e governadores pudessem determinar o fechamento desse tipo de estabelecimento.

² No dia 26 de março de 2020, os números oficiais indicavam 2.988 infectados e 77 mortos pela doença, em todo Brasil.

Desde a iminência da chegada da pandemia no Brasil, no início do ano de 2020, declarações do presidente, com a mesma natureza, já haviam sido notícia em outras ocasiões quando, por exemplo, Jair Bolsonaro comparou a doença causada pelo novo coronavírus a uma pequena gripe ou resfriado; quando, em inúmeras vezes, criticou a cobertura da imprensa sobre a evolução da doença, taxando-a de histórica, exagerada e até mesmo fantasiosa; ou quando garantiu que, se pegasse o Covid-19, não apresentaria complicações de saúde, devido ao seu histórico de atleta.

Declarações de chefes de estado frequentemente são notícia em todo o mundo, devido à importância do cargo. A fala do presidente tem o poder de influenciar pessoas e comportamentos, de alterar as relações entre os poderes da República e de determinar ou esclarecer os rumos das políticas públicas levadas a cabo por uma nação. Esse é o caso em todos os exemplos acima. É notório o interesse público de uma pandemia sem precedentes na história dos últimos cem anos; e, em estado de exceção, é evidente o elevado interesse jornalístico de se publicar as reações e os esclarecimentos do líder máximo da nação frente à adversidade. Portanto não pretendemos aqui questionar a escolha do veículo em incluir essas declarações no noticiário.

Chamamos a atenção para o fato de que apesar de flagrantemente contrárias ao que indicavam as autoridades de saúde de todo o planeta, e em pleno desacordo com reconhecidos resultados de investigações científicas precedentes, nos dois exemplos as declarações de Bolsonaro foram transcritas sem que qualquer contraponto fosse apresentado na mesma unidade informativa. Não se fez uso de nenhuma outra fonte: seja documental, seja outra autoridade ou especialista, mesmo que, no teor da declaração, a realidade tenha sido manifestamente ignorada. Nenhuma análise ou interpretação das afirmativas foram incluídas nos relatos, que foram apresentados, ao menos no noticiário factual, de modo direto e sintético, sem problematizações ou contextualizações.

É claro que essas são somente duas notícias, publicadas em apenas um veículo jornalístico em um único dia. Este artigo tem caráter ensaístico, e não propõe a realização de um levantamento sistemático, com a construção de uma amostra, para analisar a completa cobertura de *O Globo* sobre as declarações de Bolsonaro frente à pandemia. Em vez disso, queremos apontar que as duas notícias são um exemplo agudo de um modo recorrente de se fazer a cobertura factual de temas importantes, cujas escolhas, por sua vez, são o resultado de certa compreensão do que é a objetividade jornalística, devido à centralidade dessa noção para

a atividade de produção de informação. A objetividade também está presente no momento de recepção do material jornalístico, guiando a leitura e gerando um conjunto de expectativas na audiência.

Desse modo, nosso objetivo é indicar que o que se pretende com – e o que se espera de – notícias sobre as declarações do presidente da República, frente à pandemia de Covid-19, depende diretamente de uma questão conceitual de fundo. Para cumprir com essa tarefa, vamos apresentar e discutir filosoficamente duas diferentes maneiras de se compreender esse conceito, para, em um segundo momento, avaliar como cada uma dessas respostas para o problema da adequação da realidade primária, à realidade midiática, pode explicar as escolhas realizadas pelos jornalistas nesse tipo de cobertura.

Para uma determinada interpretação do que vem a ser objetividade jornalística, esse tipo de notícia deve apenas dar conta, de modo correto, das verbalizações de uma autoridade. Se o jornalismo é o registro do que acontece, cumpriu-se plenamente com essa função ao se reportar e se publicar, com exatidão, o que disse Bolsonaro. Nesse horizonte, o jornalismo não teria por obrigação verificar o teor de todas as declarações, mas deveria guardar como missão a transcrição rigorosa do que se disse. Com efeito, ser objetivo é certificar-se se a autoridade efetivamente disse aquilo que se atribui a ela, e descrever com fidelidade e precisão, de preferência por meio do uso de aspas judiciosas (TUCHMAN, 1999), a fala do presidente. Mas essa não é a única forma de se compreender a objetividade jornalística. Vejamos os principais argumentos de outras duas visões do problema, na tentativa de entender as escolhas realizadas pelos jornalistas nesse tipo de cobertura: o *intersubjetivismo* e a *dialética*.

2 GROTH E A BUSCA PELA OBJETIVIDADE POSSÍVEL

Um dos pioneiros no esforço acadêmico de estabelecer os fundamentos para estudos específicos em jornalismo, Otto Groth (2011) [entre 1961 e 1966, no original] deixa claro que a natureza da atividade é incompatível com a aspiração de “oferecer uma imagem de espelho fiel e completa do universo em natureza, sociedade e cultura” (GROTH, 2011, p. 254). Entretanto, o autor afirma, ao mesmo tempo, que a fonte da atividade jornalística são os fatos e que “[...] [a reportagem] deve se esforçar sempre em investigar e oferecer os fatos corretamente e de forma tão completa quanto for necessário para a compreensão de um ser ou acontecer e para a demanda de seu público” (GROTH, 2011, p. 377).

Isso quer dizer que, apesar de reconhecer que o jornalismo nunca alcança efetivamente a objetividade, o pesquisador ainda localiza na realidade factual, independente de interpretação subjetiva, o ideal ético-profissional de todo jornalista. Mesmo que a revelação completa dos fatos, em todas as suas dimensões (universalidade), seja uma tarefa impossível de ser plenamente realizada, o jornalista deve ser preciso o bastante para que, desse modo, possa se aproximar, o máximo possível, daquilo que é a origem de toda a verdade: a realidade objetiva.

O autor chega a essa conclusão mesmo depois de uma ampla argumentação sobre a alta carga de subjetividade que a atividade jornalística comporta. Para Groth, a objetividade nela mesma é uma meta inviável por diversos fatores: em primeiro lugar, o noticiário é sempre um recorte arbitrário da realidade. Uma quantidade enorme de temas e acontecimentos importantes da vida sociocultural nem mesmo aparece no noticiário ou, quando aparece, é apenas brevemente objeto de atenção da imprensa.

Além disso, o pesquisador destaca que todo o processo de produção jornalística, desde o seu planejamento até a sua recepção, é permeado por circunstâncias subjetivas, que condicionam ou podem até mesmo adulterar o relato produzido e a própria compreensão dos produtos jornalísticos. “[...] *a percepção e a reprodução adequada à realidade dos fatos que lhe são ‘dados’ não são possíveis à mente humana*” (GROTH, 2011, p. 369, grifos do autor). Segundo o Groth, essa barreira ao conhecimento objetivo valeria não somente para o jornalista, como também para o cientista ou qualquer que seja o sujeito cognoscente, visto que, de um lado, a própria realidade já possui uma constituição ambígua podendo ser experimentada de diversas perspectivas e, de outro, nossas vivências dependem de processamento e transformações operados pelo sujeito.

Além dessas condicionantes de ordem pessoal, o autor indica que algumas limitações estruturais da atividade jornalística também são um entrave para o alegado conhecimento objetivo do jornalismo, uma vez que influenciam a percepção dos profissionais da notícia. Groth explica que a própria profissão de jornalista, com seus métodos, modos de procedimento e exigências, acaba por também macular, de alguma forma, a busca pelos fatos, orientando a apreensão da realidade pelo sujeito. “A formação que o repórter recebe do exercício contínuo em noções, regras e execuções forma e preenche o seu produto em muitos aspectos, independentemente da realidade” (GROTH, 2011, p. 376). Com efeito, até mesmo o olhar do jornalista é guiado pela profissão com suas crenças e valores, que sempre destacam,

por exemplo, os aspectos sensacionais, extraordinários e a atualidade de qualquer que seja o acontecimento.

O decisivo para o autor é que o próprio olhar do jornalista está sempre condicionado ao que interessa ao público:

[...] nunca se esqueça de que a imprensa periódica é um espelho que só mostra sempre um recorte subjetivo da realidade, determinado pelo público, e que só pode oferecê-lo em uma determinada perspectiva, que ele é 'cego' em muitos pontos e apresenta o que é visível nele de forma pouco segura e distorcida. (GROTH, 2011, p. 212).

Com essa objeção de caráter essencial, o pesquisador quer indicar que, se quisermos insistir na metáfora do espelho para descrever a operação de mediação realizada pelo jornalismo, precisamos reconhecer que a imagem produzida nunca é plenamente objetiva, já que o relato será sempre limitado a algumas perspectivas determinadas, inclusive, pelo público para o qual o produto jornalístico se destina. Como nem todos os aspectos e perspectivas dos fenômenos são igualmente de interesse dos leitores, os jornalistas tendem a desvalorizar, minimizar ou nem mesmo enxergar horizontes de interpretação em desacordo com aspirações e predileções desses leitores. Dessa maneira, podemos concluir que, em Groth, o resultado da operação realizada pelo jornalismo carrega sempre algum grau de desvio, alteração e distorção.

Mesmo reconhecendo que a totalidade dos fatos é algo inacessível, visto que a atividade jornalística em certa medida sempre comporta alguma dose de desconformidade com relação à realidade, Groth não abandona a objetividade como meta, ou ideal a ser perseguido pelos jornalistas. Para o pesquisador, apesar de todas as condicionantes, a objetividade segue sendo um requisito básico da atividade jornalística, uma espécie de obrigação ético-profissional resultante da tarefa básica do jornalismo de fazer a mediação entre os fatos e o público. É que mesmo que se admita que a sua realização seja efetivada sempre em diferentes graus, a depender de uma série de fatores, sem a busca pela pureza factual, o jornalismo perderia sua função.

Por isso me parece ser uma tarefa importante da teoria e da ética periodística averiguar a possibilidade de um noticiário jornalístico (relativamente) objetivo, verdadeiro e verídico que a essência do periódico exige, apesar do reconhecimento de suas limitações, e recomendar ao jornalismo o compromisso de cultivá-la por motivos jornalísticos e éticos, ao invés de

justificar e sancionar, e ainda “cientificamente”, o mau uso do serviço jornalístico de notícias por meio de teses débeis e furtivas. (GROTH, 2011, p. 379).

Em outras palavras: “[...] um conteúdo puramente factual de uma notícia é um ideal, uma reivindicação que não pode ser satisfeita já por causa da imperfeição humana e da ambiguidade dos fatos” (GROTH, 2011, p. 439), mas isso não livra o jornalista da obrigação de se esforçar para retratar a realidade com o máximo de fidelidade possível. É assim que Groth se localiza entre os autores que identificam a separação entre sujeito e objeto como solo ontológico fundamental da existência. Em sua argumentação fica clara a ideia de que, quando o jornalista entra em contato com os acontecimentos, os fatos já possuem uma determinação prévia, que independe da interpretação do profissional da notícia. A subjetividade do jornalista, ao contrário, é caracterizada como um entrave que pode subordinar e até mesmo atrapalhar a apreensão da realidade alterando a sua natureza primeira. Em mais de uma passagem, o pesquisador até admite que a objetividade tenha uma constituição ambígua, mas essa imprecisão seria um atributo dos próprios fenômenos e não uma qualidade acrescentada posteriormente no processo de conhecimento. Para o autor, se a objetividade é a fonte de toda verdade, ela deve continuar sendo perseguida, mesmo que o resultado seja sempre relativo, isto é, por aproximação. O jornalista nunca conseguirá apreender a verdade em sua totalidade, ou seja, a objetividade nela mesma:

Mas não é por isso que a exigência da verdade está suspensa para o jornalismo. Ela “também é uma exigência ‘objetiva’ para os jornalistas fundamentada na tarefa do periódico”... “Mediar a verdade, tão longe quanto possa ser vista no presente, é e permanece essencialmente a tarefa do periódico”. (GROTH, 2011, p. 376).

Groth não aponta claramente quais seriam os melhores caminhos e procedimentos para que se possa investigar e apresentar os fatos o mais corretamente possível, pois concentra a investigação nas limitações que impedem que o relato seja plenamente objetivo. Numa rápida passagem, o autor cita George Simmel para indicar que, no caso da História, a comparação com outras determinações da realidade para o mesmo fenômeno é uma metodologia capaz de reduzir as interferências do sujeito no relato.

Só por meio do reavivamento contínuo, da complementação por meio de analogias, da classificação segundo conceitos surgem as fileiras

uniformes da ‘história’. Como se sabe, nem mesmo a descrição de uma conglomeração na rua por testemunhas surge de outra maneira. (GROTH, 2011, p. 369-370).

Com isso, Groth parece querer indicar que é preciso não somente uma ação ativa do sujeito na construção do conhecimento certo e seguro como também é necessário por à prova o resultado de suas apreensões, verificando e confirmando se outras subjetividades também chegaram às mesmas conclusões. Sendo assim, comparar os acontecimentos relatados com outros da mesma natureza; atualizar as ocorrências de modo a dar conta das suas possíveis alterações; submeter os fatos aos conceitos e classificações que procuram descrever as principais características de certos fenômenos; averiguar se outras pessoas também encontram os mesmos resultados (intersubjetividade) seriam caminhos para se aproximar o máximo possível da objetividade.

Em revisão bibliográfica publicada por nós anteriormente (HENRIQUES, 2019b), o *intersubjetivismo* foi o modo de compreensão do que é objetividade jornalística com o maior número de autores, entre eles: Franciscato (2005); Gomes (2009); Groth (2011); Guerra (2008) e Sponholz (2009). Vamos apresentar a partir de agora, os principais argumentos da *dialética*, que subsidia outra perspectiva possível para o problema da objetividade.

3 A DIALÉTICA E AS LIMITAÇÕES DA OBJETIVIDADE COMO REFERÊNCIA

No horizonte da dialética, o fundamento da experiência não reside na separação entre sujeito e objeto, mas na relação dialética entre esses dois termos. Isso quer dizer que, ao invés de instâncias autônomas e independentes, sujeito e objeto se co-determinam mutuamente, sendo o resultado de certa relação circunscrita histórico e socialmente. É verdade que os elementos a partir dos quais os fatos são construídos não dependem do sujeito para existir, mas a percepção e a apreensão dos fenômenos são inseparáveis de escolhas e recortes subjetivos no fluxo contínuo da objetividade. Para além da percepção social do fato, só existe a indeterminação de uma infinidade de aspectos, ângulos, características, perspectivas e dados objetivos potencialmente combináveis. Com isso, não se quer afirmar que a objetividade é uma invenção arbitrária do sujeito, mas que ela é uma fonte concreta e vasta de significações possíveis que precisam sempre ser determinadas subjetivamente pelo jornalista ou por qualquer que seja o sujeito cognoscente.

Para essa compreensão ontológica, o que chamamos de fato é algo cuja natureza é limitada objetivamente, visto que o jornalista não pode criar livremente um sentido, isto é, não tem o direito de determinar aleatoriamente o fenômeno. Mas, por outro lado, nesse horizonte, os significados dos eventos com os quais nos relacionamos não estão prontos e acabados, não são anteriores à experiência ou autossuficientes: não é correto afirmar a existência de fatos independentes de sujeitos. Em vez disso, os fatos jornalísticos são o resultado de uma interpretação da realidade, delimitada pela objetividade, mas operada subjetivamente pelos jornalistas a partir de parâmetros que a instituição jornalística entende serem adequados. A objetividade, como fluxo infinito, é, em certa medida, indeterminável e os fatos jornalísticos são construídos a partir de recortes realizados de acordo com diretrizes ao mesmo tempo objetivas e subjetivas.

Sendo assim, nessa perspectiva, é possível conhecer a realidade, mas isso significa pôr em operação uma atividade que revela, mas ao mesmo tempo, interpreta o mundo com a qual nos relacionamos. Conhecer é revelar o real porque, para o resultado ser verdadeiro, o sujeito deve sempre obedecer a elementos que são objetivos. Porém, até como condição necessária para a própria percepção e apreensão dos fenômenos, o sujeito também precisa, obrigatoriamente, interpretar a realidade ao selecionar e destacar alguns aspectos objetivos em detrimento de outros, ou ao contextualizar os acontecimentos e estabelecer possíveis conexões entre as ocorrências: nexos de causa, efeito, anterioridade, concorrência, sucessão, etc.

Nesse horizonte epistemológico, o conhecimento implica sempre uma dimensão de construção dos fatos, que são produzidos dialeticamente de acordo com imperativos tanto objetivos quanto subjetivos. Com efeito, o conhecimento nunca é nem nunca poderá ser exaustivo, visto que isso significaria conhecer todas as relações possíveis entre as partes recortadas pela subjetividade e a totalidade da existência. Isso quer dizer que o conhecimento possível é sempre incompleto e parcial, resultado da dialética sujeito-objeto: nem puramente objetivo, nem estritamente subjetivo. Quando conhece, ao mesmo tempo em que “produz” os objetos (fatos jornalísticos), o sujeito cognoscente (jornalista) também é “produzido” por eles.

Nessa perspectiva, a objetividade deixa de ser um parâmetro preciso para se avaliar a verdade do conhecimento efetivado, já que, apesar de ser a âncora de toda a realidade, ela precisa necessariamente ser significada pelos sujeitos. Enquanto fluxo contínuo indeterminável, a objetividade nem pode ser alcançada, nem deve permanecer como meta ou utopia da atividade jornalística. O que se quer apontar com essa crítica ao paradigma da

objetividade é que a realidade anterior e independente de relação com qualquer que seja o sujeito cognoscente é a pura indefinição e, por isso, exigir a apreensão ou uma aproximação disso que é inexprimível é insistir em um erro de origem.

Reforçamos a ideia de que o sujeito não pode inventar voluntariamente os sentidos e significados, mas se quando vai aos fenômenos, um recorte possível da objetividade, mesmo que limitado por elementos objetivos, já se operou, é preciso que um novo critério de compromisso com a realidade seja adotado. Para essa compreensão, a objetividade jornalística, como meta final, passa a ser um equívoco que precisa ser superado, de modo que o método jornalístico mais adequado é aquele que respeita os limites objetivos ao mesmo tempo em que dá transparência aos valores e parâmetros utilizados para o recorte subjetivo que é realizado na objetividade. Isso porque são esses critérios que, em alguma medida, “produzem” a realidade que experimentamos.

Sendo assim, uma reportagem sobre a queda de um avião de pequeno porte, por exemplo, ao mesmo tempo em que pode obedecer e revelar a materialidade do evento: o avião que caiu em uma determinada região, em certo dia e horário e as possíveis vítimas da ocorrência; também acaba por atribuir sentidos ao acontecimento desde o momento em que o seleciona como sendo importante e digno de virar notícia, passando pelas escolhas de se destacar aspectos e dimensões do fato que se julga serem de maior interesse – como aqueles ligados à tragicidade do acidente, por exemplo – e também quando explicitamente interpreta o acidente fazendo menção a possíveis causas: às condições do avião, à regularidade de sua documentação, à habilidade ou formação do piloto, à falta de fiscalização das autoridades, etc.

O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independentemente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos. (GENRO FILHO, 2012, p. 195).

Os jornalistas revelam, mas também produzem o acidente aéreo desde o momento em que o percebem como fato de interesse jornalístico. A sua apreensão não é uma etapa separada e anterior a sua interpretação, pois já é guiada e orientada por uma leitura possível do acidente aéreo como trágica fatalidade; criminoso negligência; grave perda de vidas humanas; desaparecimento inesperado de pessoa pública, etc. A partir do fluxo objetivo da realidade, os jornalistas recortam e produzem os fatos, determinando sua natureza, selecionando e hierarquizando seus inúmeros enfoques, e estabelecendo as conexões entre

diversos acontecimentos: definindo aqueles que são paralelos, conflitantes, concorrentes, sucessivos, etc.

Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. (GENRO FILHO, 2012, p. 195).

Essas escolhas sempre obedecem a critérios que precisam estar claramente explicitados no produto jornalístico como forma de respeitar o público leitor e também o próprio fenômeno. Indicar a perspectiva a partir da qual um fato é percebido e construído socialmente é uma maneira de prestar contas de uma complexa operação de produção de verdade realizada diariamente pelos jornalistas. Por isso, os jornalistas deveriam ser mais transparentes quanto às condições, motivações e interesses que os levam a interpretar os acontecimentos da forma como eles são retratados. São esses fatores que fundam e que guiam a produção do relato jornalístico.

Para Genro Filho (2012) [1987, no original], como não realizam a adequada e necessária discussão teórica, muitos estudos em jornalismo até concordam que a totalidade da objetividade é algo de natureza inalcançável, mas ficam presos a esse paradigma ao propor que o jornalismo deve continuar perseguindo a objetividade possível, por aproximação, não superando o que Genro Filho chama de “simplismo da ideologia do jornalismo burguês” (GENRO FILHO, 2012, p. 193). Nesse sentido, quanto mais distante da opinião ou interpretação do jornalista, mais verdadeiro e confiável seria o relato jornalístico.

O problema apontado pelo autor é que ao seguir o caminho “irresistível” da objetividade como meta, o jornalismo acaba reproduzindo o senso comum e significando os fatos de maneira conservadora. “Não há dúvida de que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas” (GENRO FILHO, 2012, p. 197). Com isso, Genro Filho quer indicar que por trás da intenção de “deixar os fatos falarem por si mesmos”, de procurar “retirar toda a opinião” do sujeito ou de se evitar a subjetividade o máximo possível, reside um equívoco que dificulta uma postura crítica e contestadora do jornalista, que deveria sempre desconfiar da obviedade com que a objetividade é determinada socialmente.

Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Isso quer dizer que, para Genro Filho, o paradigma da objetividade defende a ideia de que os fatos são uma realidade em si mesma, que é, portanto, independente e anterior a qualquer relação com o sujeito. Exatamente por isso, é essa determinação essencial da realidade que deveria ser revelada pelos jornalistas seja porque ela nos é, de algum modo, acessível, como definem os *realistas empíricos* (HENRIQUES, 2019a), seja porque, como único parâmetro de verdade, a objetividade pura deve permanecer pelo menos como meta: quanto mais perto dessa referência estivermos, melhor, como afirmam os *intersubjetivistas* (HENRIQUES, 2018).

O risco de se acreditar que os fatos já estão estabelecidos e que toda a ação do sujeito deve estar pautada em um posicionamento contemplativo é que, ao negar a inevitável interpretação subjetiva dos fenômenos, o jornalista pode justamente ficar refém das percepções e significações hegemônicas da realidade, determinando-as como as únicas possíveis, isto é, como verdades inquestionáveis. Na avaliação de Genro Filho, isso acontece porque a crença nessa natureza primeira, como régua que define o que é o real e a verdade, pode acabar naturalizando e cristalizando os mesmos modos “de sempre” de se recortar e determinar a realidade. Dessa forma, novos aspectos, dimensões e perspectivas alternativas e recortes diferenciados do fluxo objetivo deixariam de ser realizados, visto que o jornalista pode nem mesmo se dar conta desses outros nexos e possibilidades. É que a própria apreensão pode ficar viciada quando a meta do sujeito do conhecimento é não sujar a realidade de subjetividade e, em vez disso, procurar as supostas essências perenes e isoladas de cada fenômeno. Para o autor, no paradigma da objetividade:

A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades. (GENRO FILHO, 2012, p. 162).

É justamente essa compreensão ontológico-epistemológica que Genro Filho quer superar, pois se a determinação da realidade só é verdadeira quando elimina ou minimiza o sujeito, o jornalismo pode acabar produzindo fatos “contextualizados e hierarquizados subjetivamente com base no senso comum e na ideologia burguesa, para que sua apreensão e reprodução jornalística atuem como reforço da ordem e do *status quo* positivamente existentes” (GENRO FILHO, 2012, p. 160).

Com suas escolhas, a instituição jornalística será sempre responsável pelos possíveis efeitos produzidos.

O que estamos afirmando é que existem diferentes formas, igualmente jornalísticas, de se tratar assuntos dessa natureza, desde a coleta dos dados, o enfoque a ser escolhido até a linguagem e a edição, e que tais formas não são inocentes ou neutras em termos político-ideológicos. (GENRO FILHO, 2012, p. 46).

Em vez de realidade evidente, que se manifesta espontaneamente toda vez que o jornalista revela um significado pré-existente, para Genro Filho, os fatos são produzidos pelos jornalistas segundo valores determinados histórico e socialmente, e, ignorar esse processo, acaba fortalecendo a reprodução mecânica e irrefletida dos mesmos recortes, dimensões e aspectos da realidade que tradicionalmente sempre são selecionados e hierarquizados, o que gera a ocasião e oportunidade para o reforço de estereótipos, lugares comuns e até preconceitos. Em vez de reconhecer esse perigo, o paradigma da objetividade reforça essa ameaça quando insiste na neutralidade, imparcialidade ou isenção do jornalista como caminhos necessários para fazer os fatos “falarem” por si mesmos, independentemente de julgamentos e análises dos jornalistas.

Ora, o jornalismo deve ser ‘*imparcial*’, mas deve ‘*interpretar*’ os fatos e ‘*guiar*’ seus leitores. Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado ‘bom senso’, expressão individual da ideologia hegemônica. (GENRO FILHO, 2012, p. 38).

Segundo Genro Filho, muitos pesquisadores em jornalismo até reconhecem que, depois de todas as críticas ao funcionalismo e ao positivismo, ficou mais difícil se afirmar que o homem tem a possibilidade de revelar plenamente a realidade primeira. Mas como uma

espécie de “viúva” da objetividade, muitos autores parecem cultivar certa nostalgia do tempo em que se acreditava que a única fonte certa e segura de verdade podia ser determinada sem nenhuma contaminação subjetiva. Nesse caso, em vez de reconhecer a “potência subjetiva do homem diante da objetividade” (GENRO FILHO, 2012, p. 194), a “ideologia da objetividade” entende que as opiniões pessoais, o histórico de vida, as preferências e predileções do jornalista, assim como a necessidade de uma postura ativa do profissional da informação diante do fluxo objetivo constituem-se como limitações, obstáculos ou um “sinal da impotência humana diante da própria subjetividade” (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

Genro Filho quer indicar o contrário: a subjetividade não somente é inevitável, como também é desejável em qualquer que seja o processo de conhecimento. Não é preciso lamentar a impossibilidade de apreensão da coisa-em-si, nem é necessário se contentar penosamente com uma objetividade possível, por aproximação, porque os fatos, apesar de ancorados no fluxo objetivo, não possuem significado prévio, e é justamente a força e poder da subjetividade que podem recortar e estabelecer conexões e significar os fenômenos, inclusive, de modo menos automático e mais crítico.

Nessa outra perspectiva ontológico-epistemológica, em vez de problema a ser superado ou lamentado, a inevitabilidade da opinião do jornalista é um falso problema para a questão da objetividade jornalística. Isso porque, para o autor, como a realidade responde, necessariamente, a determinações tanto objetivas quanto subjetivas, o jornalista não pode construir um relato que seja puramente opinativo, isto é, definido a partir da arbitrariedade do sujeito, como também não consegue realizar uma apropriação dos acontecimentos de interesse jornalístico sem que algum grau de interpretação do material objetivo seja realizado. Nesse sentido, a separação entre fato e interpretação é uma pretensão irrealizável e, justamente por isso, a indistinção entre esses dois termos não se constitui como uma deficiência da atividade de produção de notícias.

Não existe primeiramente um fato separado e apartado do jornalista, que, posteriormente, revela essa natureza primeira com maior ou menor grau de interpretação do sujeito. Se fosse assim, na avaliação de Genro Filho, o paradigma da objetividade estaria adequado em suas aspirações. O erro conceitual apontado pela crítica do autor é a insistência na ideia de que os fatos podem ser separados de sua interpretação, quando, na verdade, é justamente a leitura possível do fenômeno quem produz os fatos, mesmo que limitada pelo material objetivo. Sendo assim, não é a opinião pessoal do jornalista que macula a

objetividade pretendida. As paixões, predileções e preferências do jornalista não são o mais importante na descrição da operação que o jornalismo põe em jogo e na discussão do problema da adequação do relato jornalístico à realidade social.

Ora, as impressões puramente pessoais, o modo singular do jornalista perceber um fato e reagir diante dele, as idiossincrasias, constituem precisamente aquilo que não interessa discutir na questão da objetividade. Se fosse possível o relato estritamente objetivo de um fato somado apenas as impressões *puramente pessoais*, a tese da objetividade estaria, no fundamental, correta. Não haveria nenhum problema político ou ideológico na manifestação *desse tipo* de subjetividade. Seria possível, então, um jornalismo “imparcial” em relação às questões fundamentais da luta de classes, desde que a subjetividade (individual) ficasse confinada a certos parâmetros, que não impedissem o público de distinguir o “diamante bruto” que seriam os *fatos objetivos* por baixo das sobreposições emocionais do redator. (GENRO FILHO, 2012, p. 43).

Ao negar que a presença da opinião do jornalista seja um problema para o jornalismo, o autor não pretende rejeitar as diferenças formais de um relato noticioso e um opinativo, nem propõe que a separação dos textos jornalísticos nos seus variados gêneros seja o resultado de uma simples tentativa de enganar o público leitor. É verdade que uma coluna de opinião não responde aos mesmos critérios estilísticos que uma nota, notícia ou reportagem. O que o autor quer indicar é que, apesar das diferenças formais de apresentação dos acontecimentos, qualquer relato jornalístico é inseparável de inúmeros juízos subjetivos realizados pelo jornalista. Isso porque sem os recortes, relativamente arbitrários no fluxo objetivo, não haveria nenhum gênero ou formato jornalístico.

Certamente que há um “grão de verdade” na ideia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente. Mas é igualmente pacífico que esse juízo vai inevitavelmente embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem (seja ela escrita, oral ou visual) e no relacionamento espacial e temporal dos fenômenos através de sua difusão. (GENRO FILHO, 2012, p. 40).

Nesse sentido, as diferenças entre uma notícia e uma coluna são apenas aparentes. Na primeira os juízos são implícitos, não podem ser facilmente identificáveis, são expressos de modo menos transparente, enquanto que na segunda, a interpretação do sujeito é mais claramente indicada pelo texto jornalístico. Fica parecendo que o jornalismo informativo se

limita a apresentar os fatos, enquanto que os jornalismo opinativo ou interpretativo apresentam os fatos acrescentando uma opinião ou interpretação do fenômeno relatado. Entretanto, reforçamos aqui que, em Genro Filho, não existe primeiro o fato e sua apreensão, para, em um segundo momento da relação dos jornalistas com os acontecimentos, uma interpretação subjetiva, que entra em jogo e determina os sentidos que serão somados à objetividade bruta e imaculada, evidentemente reconhecível. Não há nem mesmo um fato, antes da percepção, pois ele será sempre o resultado de uma determinação ao mesmo tempo objetiva e subjetiva do fenômeno. Sendo assim, para o autor, nenhum jornalismo é capaz de apenas revelar ou espelhar a objetividade, há sempre uma dimensão de produção ativa do jornalista na significação do real. No entendimento da dialética, essa dinâmica explica também, é claro, o jornalismo informativo, mesmo quando o relato parece estar focado exclusivamente na dimensão factual dos fenômenos.

Não se trata, então, da simples interferência das emoções no relato – o que constituiria uma espécie de “desvio” produzido pela subjetividade – mas da dimensão ontológica dos *fatos sociais* antes mesmo de serem apresentados sob a forma de notícias ou reportagens. Existe uma abertura de significado na margem de *liberdade* intrínseca à manifestação de qualquer fenômeno enquanto *fato social*. Portanto, há um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja. (GENRO FILHO, 2012, p. 45).

Ao contrário do que parece indicar os intersubjetivistas, em Genro Filho, a impossibilidade de apreensão e descrição dos fatos em si mesmos não deveria ser tratada como um problema epistemológico ou como uma lamentável limitação da natureza humana. Nessa outra visão ontológica, até mesmo os fatos mais simples são sempre carregados de interpretação subjetiva e não há nenhum problema ou denúncia a ser feita quanto a esse modo como jornalismo revela em alguma medida a realidade, ao mesmo tempo em que também recorta e interpreta o mundo em que vivemos. Além de atender a elementos objetivos, os jornalistas precisam, necessariamente, selecionar quais ocorrências serão objeto de cobertura jornalística e quais não possuem relevância para a atividade, segundo os critérios e valores da própria instituição.

O jornalismo tem uma maneira própria de perceber e produzir “seus fatos”. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos

obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. (GENRO FILHO, 2012, p. 194).

É nesse sentido que diversos acontecimentos, dados e conexões entre ocorrências do fluxo objetivo não são nem mesmo notados pelos jornalistas. E mesmo aqueles que são classificados como merecedores de atenção e significação por parte do jornalismo são determinados a partir de ângulos, aspectos e dimensões escolhidos e hierarquizados pelo jornalista, segundo parâmetros pré-estabelecidos subjetivamente e que respondem a necessidades externas aos próprios fenômenos. Nesse horizonte de compreensão, a realidade pode mesmo ser interpretada de diversos modos a depender da perspectiva que se adota para a percepção, seleção e tratamento do real. Em vez de operação a ser evitada, a interpretação é uma condição necessária para a própria apreensão da realidade. Em outras palavras: um mesmo fenômeno dá margem a uma pluralidade de fatos, de acordo com a régua utilizada para a sua significação.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo *fenômeno* (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma *pluralidade de fatos*, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos. (GENRO FILHO, 2012, p. 45).

Essa compreensão ontológico-epistemológica muda completamente o entendimento do que deveria ser a atividade jornalística. Se não há um fato único ao qual se poderia acrescentar uma série de opiniões e interpretações subjetivas, mas justamente um fenômeno indeterminável, significado subjetivamente e elevado à categoria de fato, o paradigma da objetividade precisa ser revisto urgentemente. O jornalista não deveria tentar apreender ou se aproximar o máximo possível de algo cuja determinação não se encontra pronta e, portanto, não é anterior à relação com os sujeitos. Ao contrário, antes de sua percepção, os fenômenos não significam propriamente nada. É o jornalista que determina ao mesmo tempo em que é determinado pela objetividade. Essa outra maneira de se descrever o jornalismo como forma de conhecimento implica também, necessariamente, no abandono da crença e defesa de uma

mediação o mais desinteressada possível em que os fatos são claramente separados da análise ou interpretação.

É claro que não se trata do simples “relato” e “descrição” de um fato, dentro de supostos “limites permitidos pela natureza humana”, separado da análise e do comentário. Trata-se, sim, de uma nova modalidade de apreensão do real, condicionada pelo advento do capitalismo, mas, sobretudo, pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e *analizados* subjetivamente (normalmente de maneira espontânea e automática) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico (GENRO FILHO, 2012, p. 41).

O mais grave e perigoso no que diz respeito à forma como o jornalismo produz os fatos com os quais trabalha não é a falta de objetividade e a presença do julgamento ou da opinião dos jornalistas no relato, mas justamente essa “espontaneidade” e o “automatismo” com que, de maneira geral, os fatos são apreendidos e analisados subjetivamente. Na dialética, não há nada de evidente ou transparente na significação das ocorrências do cotidiano e as determinações identificadas pelos jornalistas como óbvias, na maioria das vezes, não passam de formas descuidadas e conservadoras de interpretar a realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de apresentar e discutir as compreensões *intersubjetivista* e *dialética*, para o problema da objetividade jornalística, podemos agora investigar como cada um desses posicionamentos ajuda a analisar as escolhas realizadas pelos jornalistas nas duas notícias sobre declarações do presidente Bolsonaro frente à pandemia do novo coronavírus, em 2020. A ideia é verificar se há alguma justificativa teórica para que as notícias tenham se limitado a transcrever as assertivas do chefe do executivo.

Vimos que, para o *intersubjetivismo*, ser jornalisticamente objetivo significa se aproximar ao máximo dos fatos, independentemente de interpretações. Mesmo que a “realidade em si” seja inalcançável em sua totalidade, seria dever dos jornalistas realizar todos os esforços para que as ocorrências sejam relatadas sem interferências subjetivas. Só que, como o próprio nome com o qual categorizamos esse grupo de autores quer indicar, o caminho mais adequado para essa aproximação da realidade primária é o da apresentação e do

confronto de diversas subjetividades, na tentativa de se minimizar eventuais erros e omissões e de se chegar o mais próximo possível da natureza dos acontecimentos.

Sendo assim, nessa resposta para o problema da objetividade, não faz sentido, nem há justificativa plausível para que nenhuma outra declaração tenha sido incluída nas duas notícias sobre as assertivas do presidente da República. Se Bolsonaro afirma que o brasileiro não sofre nenhuma consequência ao mergulhar no esgoto, como forma de minimizar as consequências da maior pandemia dos últimos cem anos, o compromisso do jornalismo deve ser com a realidade factual. Não basta que o presidente tenha dito isso, dessa mesmíssima forma, mas importa também o caráter, o teor e o mérito do que Jair Bolsonaro disse. Com isso, não se quer defender a ideia de que todo o jornalismo, para ser objetivo, deva ser produzido com os mesmos procedimentos das agências de checagem de informação.

O que se quer apontar, a partir do *intersubjetivismo*, é que não é suficiente que seja verdade que o presidente tenha declarado o que se noticiou, da forma como se noticiou. Se o que importa, em se tratando de objetividade, nesse horizonte, são as ocorrências nelas mesmas, é flagrante o descompromisso com a essência dos eventos quando se permite que o presidente justifique o funcionamento das casas lotéricas na existência de um vidro blindado entre o cliente e o funcionário do caixa. Mesmo que o jornalista não seja responsável pelo caráter do que as autoridades declaram, os veículos jornalísticos selecionam, ao mesmo tempo em que “autorizam”, tudo aquilo que consideram de interesse jornalístico e, por isso, tornam público. Ser objetivo, dessa forma, seria manter a realidade primária como meta, como utopia que precisa ser incessantemente perseguida. No esforço de aproximação dos fenômenos, independentemente de interpretação, seria incontornável a apresentação e o confronto de visões, de outras subjetividades, sobre a mesma ocorrência.

Mesmo que se baseie em premissas ontológicas e epistemológicas bastante distintas, na prática, a *dialética* é outra forma de se compreender a objetividade jornalística que não serve de justificativa para a escolha de se noticiar as declarações do presidente, da forma como foram publicadas. Indicamos anteriormente que, nesse horizonte de compreensão, a realidade é o resultado de determinações ao mesmo tempo subjetivas e objetivas. Isso porque o que chamamos de fato é o resultado da percepção social da objetividade; é uma realidade limitada pelo fluxo objetivo, mas que não pode prescindir de uma operação de significação pelos sujeitos.

Com efeito, o sujeito não pode inventar os sentidos de um fenômeno de acordo com a sua vontade, mas precisa sempre interpretar o real com o qual se relaciona. Desse modo, podemos compreender as escolhas jornalísticas sobre as declarações presidenciais do seguinte modo: os jornalistas respeitaram a materialidade do evento, no sentido de que, se Bolsonaro efetivamente disse o que se publicou, a dimensão objetiva do evento foi transcrita com rigor e exatidão.

Por outro lado, os fatos implicam em uma interpretação subjetiva possível para as ocorrências. Sendo assim, se inúmeras subjetividades, principalmente os especialistas e outras autoridades públicas, discordam que o brasileiro é isento de contrair doenças no esgoto, as duas notícias descritas neste artigo descumpriram com o compromisso de indicar outras interpretações sobre o mesmo fenômeno. Se todos os epidemiologistas acreditam que um vírus não é um projétil para ser barrado por vidro blindado, as notícias prestaram um desserviço à busca pela objetividade ao se contentar em descrever, mesmo que entre aspas, as mentiras do presidente. Nesse caso, parece que a denúncia de Genro Filho continua bastante atual: a ideologia da objetividade pode estar a serviço de uma forma conservadora ou até mesmo criminosa de se significar e de se estabelecer as relações entre as ocorrências de interesse público.

REFERÊNCIAS

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente:** como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide.** Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses:** ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia.** Verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GULINO, D. Bolsonaro diz que coronavírus não passará em lotéricas porque vidro é blindado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-coronavirus-nao-passara-em-lotericas-porque-vidro-blindado-1-24331311>>. Acesso em 27 mar. 2020.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HENRIQUES, R. P. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot: Revista de Filosofia**, 17 (1): p. 256-268, 2018.

HENRIQUES, R. P. Realismo, perspectivismo e a questão da objetividade jornalística. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, 26 (50): p. 335-355, 2019a.

HENRIQUES, R. P. O conceito de objetividade segundo os jornalistas de Vitória-ES. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17, 2019, Goiânia-GO. **Anais Eletrônicos...** Goiânia-GO: SBPJor, 2019b. Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2042/1160>>. Acesso em 20/03/2020.

MURAKAWA, F. 'O brasileiro pula no esgoto e não acontece nada', diz Bolsonaro sobre coronavírus. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-brasileiro-pula-no-esgoto-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-1-24330995>>. Acesso em 27 mar. 2020.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Série Jornalismo a rigor V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Veja, p. 74-90, 1999.